

II. Deliberações

Câmara Municipal

- 1. Aprovação da Ata n.º 45/2023, da reunião ordinária de 04 de outubro de 2023, e da Ata n.º 46/2023, da reunião ordinária de 16 de outubro de 2023.**

XIII MANDATO

ATA N.º 45/2023

Reunião ordinária pública de 04 de outubro de 2023

Ao quarto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, no Centro de Juventude de Braga, situado na Rua Santa Margarida, nº 6, Braga., realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Anabela Vieira Ferreira, Assistente Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas dezoito horas, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, dando indicação que o PS recebeu uma nota, com a qual concordam, relativamente aos relatos dos cidadãos nas intervenções do público sobre o terreno em S Vítor. Indicou a falta de designação nominal dos cidadãos, que no seu entender o teor dos relatos em ata é contrário ao que foi dito, indicando que percebe os entraves do RGPD, mas solicitando a transcrição do documento que foi feito chegar, se possível. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que referiu que a ata seria submetida na próxima reunião com essas questões. -----

----- De seguida, tomou a palavra o **Vereador do PS Artur Feio**, que referiu uma nota relativamente à questão da ETAR, indicando a perda do financiamento devido ao papel e exigências da APPA, afirmando estar ao lado do Município. Solicitou que fossem feitas chegar os documentos da APPA e tudo o que

impediu o início e avanço da obra, dando ainda a sugestão que, o executivo em conjunto, fizesse uma exposição à tutela onde mostrasse a influência negativa que a APPA teve neste processo, para que do ponto de vista pragmático pudessem prestar contas à cidade. -----

----- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que lembrou, quanto ao terreno de Vítor, todo o investimento e interesse do ponto de vista ambiental que feito no passado e indicou saber que a decisão já estava tomada e aprovada, mas após toda a contestação pública, pediu que, em diálogo com todas as partes envolvidas, fosse pensada uma nova realocização do projeto. Tomou a palavra o **Sr. Presidente**, que em resposta à questão relativa à construção do Ginásio por parte da Supera, referiu que o município não tem nenhuma intenção de alterar a decisão sobre esta matéria, sendo que a decisão estava tomada, formalizada e licenciada e que a construção do Ginásio se iria iniciar. Em resposta à segunda questão, indicou ser uma falácia colocar em questão que ou se constrói um ginásio ou se mantém um espaço verde naquele local, pois aquele local do ponto de vista do ordenamento é um espaço de equipamento, e como já tinha sido explicado aos moradores numa das respostas enviadas pelo município, naquele espaço, se não fosse feita construção de um ginásio seria provavelmente para uma valência social, como por exemplo uma creche e que como espaço verde, tal como está, não ficaria com certeza, visto não ter sido essa a pretensão entendida em sede de planeamento urbanístico. Por fim, indicou que a Camara Municipal de Braga não se pode reger nas suas decisões em função dos níveis de contestação, dando como exemplo outras contestações anteriores, como o “Cadi”, que no momento servia muito bem a população. -----

----- De seguida tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que apresentou duas questões. Primeiramente, sobre a ETAR, indicou que a situação se encontra no mesmo ponto de há dois anos, e questionou qual o motivo de ainda não ser uma realidade e quando será. Com segunda questão, sobre o cemitério de Panóias, onde indicou a resposta que viu na comunicação social sobre o assunto, referindo haver uma proposta de contrato-promessa que envolveria o privado do terreno e a Câmara Municipal de Braga, no sentido de haver um compromisso com uma solução para o alargamento do cemitério. Pediu ainda à Camara Municipal de Braga, que, relativamente ao PDM, fossem feitas as diligências necessárias para uma possível resolução da situação. Referiu por fim, ter indicações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia que despacho do pedido à câmara se encontra parado, pois não foi obtida nenhuma resposta. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que, sobre as questões da ETAR, indicou que o Sr. Administrador da AGERE, não estava presente para esclarecer, mas que seriam facultadas as informações pretendidas pelos Srs. Vereadores e considerava tomar essa decisão em conjunto com todo o executivo. Indicou ainda que a informação que tinha no momento relativamente a esse projeto, era que

se encontra na fase final para poder avançar. Sobre a questão do cemitério, referiu que o Vereador João Rodrigues já tinha prestado esclarecimentos públicos, mas para que constasse em ata, passou-lhe a palavra. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que indicou que o cemitério em questão não é o Panóias, mas o de Parada e Tibães. De seguida, indicou não existir nenhum contrato-promessa, mas sim um acordo com um protocolo alusivo em vias de ser celebrado entre o município, particular e a União de Freguesias, para que possa ser feito um alargamento do cemitério. Refere ainda que em situações como esta, os nomes têm grande importância, sobretudo para memória futura, reforçando não existir nenhum contrato-promessa urbanístico com ninguém. Indicou por fim, não existir nenhuma falta de despacho, mas sim, a concordância da câmara explanada do ponto de vista formal. Referiu ainda que pela a sua interpretação, o Vereador da CDU, estava a dar a sensação que não havia cemitério porque o município, ou executivo ou mesmo o próprio, estavam a fazer com que assim fosse. Referiu que via a situação completamente de forma contrária e que o cemitério iria ser feito, não por causa da Junta de Freguesia ou mesmo do Vereador da CDU, mas sim, devido ao executivo municipal e de quem tem competência para transformar aquele solo, em solo apto a receber o cemitério. Indicou que entende a preocupação do Sr. Presidente de Junta, tal como o executivo partilha da mesma preocupação, até porque a revisão do planeamento municipal não depende só da câmara, sendo a intenção da mesma o alargamento do cemitério, onde indicou que até ao momento a Câmara agiu atendendo à realização do cemitério naquele local. Referiu, por fim, não ver nenhum problema ou relevância política na questão colocada. No seu entender não teve qualquer fundamento, nem factual, nem jurídico, nem político. Indicou que o cemitério iria ser feito, a partir do momento em que o município conseguisse fazer na revisão do PDM, classificar o solo previsto, como solo apto a receber o cemitério. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que, sobre o acordo, questionou qual o ponto de situação. Em resposta, o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, esclareceu que o município procederá a essa celebração, assim como, tantos outros que estariam a ser analisados e tidos em conta na revisão do PDM da câmara municipal. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 28 de setembro de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. ---

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. **Aprovação da ata n.º 44/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:** foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Devolvida para retificação** -----

2. **Pagamento de honorários no âmbito do Estatuto dos Eleitos Locais - Palmira Costa.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pagamento dos honorários e outros encargos judiciais a Palmira Maciel Fernandes Da Costa, ao abrigo do Estatuto dos Eleitos Locais”. **Aprovado por unanimidade** -----

3. **Pagamento de honorários no âmbito do Estatuto dos Eleitos Locais – João Nogueira.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pagamento dos honorários e outros encargos judiciais a Palmira Maciel Fernandes Da Costa, ao abrigo do Estatuto dos Eleitos Locais”. **Aprovado por unanimidade** -----

4. **Proposta de Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2024.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2024, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea d) e do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e da alínea b) do artigo 14.º, n.º 2 do artigo 16.º e artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual”. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que solicitou esclarecimentos sobre a motivação e fundamentação para a escolha dos CAE que podem ficar isentos, referindo-se especificamente aos negócios até 600.000,00€ e questionou se existe a possibilidade de serem aplicadas taxas intermédias. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que a questão dos CAE é a que está regulamentada, tendo sido feita essa identificação, que foi alvo de discussão pública e de debate com a Associação Empresarial de Braga e que deu origem ao regulamento. Referiu ainda que a criação de taxas intermédias é possível, mas que não estava prevista. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que sugeriu que fosse criada uma taxa intermédia

e não uma isenção para negócios até 600.000,00€, já que isso cria um desequilíbrio com outros agentes económicos e ainda que a taxa máxima fosse de 1,5%, mas de 1,2%, numa lógica de manutenção da atividade empresarial existente e de uma maior atratividade do município para uma atividade económica adicional. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que afirmou querer sublinhar de forma positiva a isenção até um determinado valor, mas que a questão dos 600.000,00€ lhe levantava algumas questões, referindo ainda que estaria de acordo caso fossem aceites as propostas do PS. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que seria um contrassenso se, depois de regulamentado, fosse aceite a proposta de uma taxa intermédia, pelo que considerou que isso não seria coerente. De seguida, sobre a redução da taxa máxima, afirmou que não considerava que isso fosse um fator de diferenciação para as empresas, pelo que não usam esse valor como fator de atratividade, que a não é propriamente um imposto transparente, e que existe a necessidade de arrecadar um determinado valor de receita, não existindo condições para baixar a taxa. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e com os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.**-----

5. Fixação da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis para 2024. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta para fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano 2024”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que apresentou uma proposta de redução do IMI para 0,3, considerando uma prática sensata e em linha com outras grandes cidades. Afirmou ainda que preferia fazer esta redução para as famílias do que uma Noite Branca. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que afirmou haver margem para reduzir a taxa. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que foi equacionada uma possível descida do IMI, mas a decisão não foi nesse sentido, porque uma medida de natureza universal não seria a melhor no contexto atual, pelo que independentemente de ser a primeira ou segunda casa, estariam a abranger um universo global, pelo que a manutenção da taxa e da receita permitirá a sua canalização e o reforço de medidas de apoio à habitação e que vão para pessoas que têm necessidades efetivas. **Deliberado aprovar por maioria e**

remeter à Assembleia Municipal para aprovação, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e com os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.-----

6. **Participação variável no imposto sobre o Rendimento Das Pessoas Singulares (IRS) – ano de 2024.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para aprovação da Assembleia Municipal, o percentual relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, para vigorar no ano de 2024, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, na sua versão atual”. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que afirmou que iria votar contra pois esta é uma responsabilidade que deverá ser assumida pelo estado central, e que desta forma transfere a pressão social para os municípios. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que com esta medida haverá uma descida de 5,2 milhões da receita. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e com o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

7. **Desafetação do domínio público municipal de parcelas de terreno na Rua Álvaro Miranda, Freguesia de S. Vitor**. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior deliberação da Assembleia Municipal, proposta de desafetação do domínio público municipal de terreno com as áreas de 456,23m², 8,04m², 10,77m² e 269,80m², na Rua Álvaro Miranda, Freguesia de S. Vitor, destinadas a zona verde, integrada em domínio público através do alvará

de obras de loteamento n.º 55/2002, na freguesia de S. Vítor, com a sua consequente incorporação no domínio privado do Município, para posterior alienação ao requerente Sifocos – Sociedade Imobiliária, S.A. com vista ao aumento dos lotes 1, 2 e 3, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu que faltava muita informação para perceber o que se estava a votar em concreto, sendo que a documentação não permite identificar as parcelas afetadas em concreto ou averiguar se está a ser cumprido o interesse público, solicitando a retirada do ponto. **Retirado da agenda.** -----

8. Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal localizado na União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior deliberação da Assembleia Municipal, proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 227 m2, cedidas para espaço verde através do alvará de obras de loteamento nº 66/90, na UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, com a sua consequente incorporação no domínio privado do Município, para posterior alienação à requerente Diana Isabel de Sousa Faria, para integrar no lote 19, do qual é proprietária, para aumento do logradouro do mencionado lote, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu o PS votaria a favor por se tratarem de pequenas parcelas, ao abandono, que criam despesa para o município, verificando-se um verdadeiro interesse público. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que afirmou que estão a ser retirados do domínio público parcelas com classificação de espaço verde, sem que haja a compensação no outro local ou sem que sejam dadas soluções alternativas para as mesmas, motivo pelo qual votaria contra. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e com o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**-----

9. Desafetação de duas parcelas de terreno do domínio público municipal, e posterior alienação – Fraião. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior deliberação da Assembleia Municipal, proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 95 m² cada, e a consequente alienação das mencionadas parcelas aos requerentes, Ricardo Jorge Magalhães Fonseca Leiras e Luis Miguel Reis Henriques Lopes, para aumento dos logradouros dos respetivos lotes. nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual”. Tomou a palavra **o Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu não existir qualquer tipo de interesse público para a desafetação, sendo que o PS faria chegar uma declaração de voto. **Posteriormente, o Partido Socialista** fez chegar a seguinte declaração de voto: *“Relativamente ao ponto 9. da Ordem de Trabalhos, designado Desafetação de duas parcelas de terreno do domínio público municipal, e posterior alienação - Fraião, o Partido Socialista vota contra, considerando que: as duas parcelas em causa, com cerca de 95m² cada uma e uma largura média de 3,2m, entraram no domínio público municipal por cedência para espaço verde no Alvará de Loteamento n.º 11/2007; as duas parcelas em causa compõem uma faixa contínua que liga a Rua Domingos da Silva Teixeira, na cota superior, à Rua Dr. Faria, na cota inferior; a receção provisória das obras de urbanização do loteamento ainda não foi feita porque, quando da vistoria realizada para o efeito, o estado em que se encontravam as infraestruturas de arranjos de espaços verdes e rede de rega o não permitia, conforme referido no parecer que consta da Informação n.º I/13203/DAT/2023, de 15/02/2023; no local continua a não haver qualquer iniciativa do promotor do loteamento em concluir as obras de urbanização, nomeadamente as infraestruturas de arranjos do espaço verde, conforme referido na mesmo parecer; esse abandono dos espaços verdes contribui para a degradação da qualidade urbana e potencia a possibilidade de rápida formação de vegetação selvagem, de condições de insalubridade e de insegurança, conforme também refere o mesmo parecer; contrariamente ao concluído no referido parecer, a não conclusão das obras de urbanização, nomeadamente das infraestruturas de arranjos dos espaços verdes e o seu abandono, por parte do promotor do loteamento, não fundamenta qualquer interesse público para a desafetação do domínio público municipal dos espaços verdes, nomeadamente dessas duas parcelas; a desafetação do domínio público municipal, e posterior alienação, destas duas parcelas cedidas para espaço verde no Alvará de Loteamento n.º 11/2007, configura sim um prémio ao promotor do loteamento pela sua inércia e incumprimento, pois vai desobrigá-lo da conclusão das obras de urbanização aí em falta; a prossecução do interesse público, no caso concreto, passa antes pelo despoletar dos meios administrativos que obriguem o promotor a concluir as obras de urbanização em falta, nomeadamente as infraestruturas de*

arranjos de espaços verdes e rede de rega; o espaço verde constituído pelas duas parcelas é ainda passível de fazer a ligação pedonal, nomeadamente por escadas, entre as cotas da Rua Domingos da Silva Teixeira e da Rua Dr. Faria, conforme identificado no Relatório de Avaliação Imobiliária junto ao processo; esta potencial ligação pedonal entre a Rua Domingos da Silva Teixeira e a Rua Dr. Faria sublinha o interesse público da manutenção no domínio público municipal do espaço verde constituído pelas duas parcelas que se pretendem desafetar do domínio público; uma desafetação do domínio público tem de ser devidamente fundamentada em real motivo de interesse público, o que não é o caso. De salientar que uma desafetação do domínio público não devidamente fundamentada em motivo de interesse público é suscetível de constituir uma ilegalidade.” **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**-----

10. Proposta para apreciação e deliberação da operação urbanística alteração e ampliação de edifício destinado a creche – Cruz Vermelha Portuguesa. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do projeto de arquitetura da operação urbanística de “alteração e ampliação de edifício destinado a Creche – Cruz Vermelha Portuguesa”, sita na Rua José António Cruz, São Vítor, Braga, nos termos da alínea d) do número 3 do artigo 75.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, proposta de aprovação do projeto de arquitetura da operação urbanística de “alteração e ampliação de edifício destinado a Creche – Cruz Vermelha Portuguesa”, sito na Rua José António Cruz, São Vítor, Braga, tudo de acordo com os documentos constantes do processo, da alínea d) do número 3 do artigo 75.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, onde referiu que a proposta não continha informação suficiente para permitir uma votação por parte do PS, solicitando a retirada do ponto da agenda. **Retirado da agenda.** -----

11. Reconhecimento de Interesse Público Estratégico para a atividade “LIVING LAB”V. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pedido de

reconhecimento de Interesse Público Estratégico para a atividade “LIVING LAB”V promovida pela empresa Domingos da Silva Teixeira, S.A., para se proceder ao respetivo procedimento de discussão pública por um período de 20 dias conforme dispõe o número 3.º do artigo 32.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga conjugado com o disposto no artigo 89.º do Decreto-lei n.º 80, de 15 de maio de 2015, na sua atual redação” **Aprovado por unanimidade** -----

12. CPE.27.20. DMOSM "Requalificação Da Escola Básica De Figueiredo" - Resposta ao terceiro pedido de prorrogação de prazo - Ratificação. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 27/09/2023, que aprovou a prorrogação de prazo por 31 dias da empreitada mencionada em epígrafe”. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

13. Contratação (CPE.13.23. DMOSM) Empreitada de “Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente” – Proposta de não adjudicação. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a proposta de não adjudicação da empreitada, nos termos do n.º 1 do artigo 70.º e em conformidade com a alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º Código dos Contratos Públicos”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu ser inaceitável o município não ser capaz de lançar concursos públicos a preços justos. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que esta não é uma decisão política, mas técnica. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor**

Manuel Jorge Rodrigues. -----

14. Empreitada (CPE 05.23. DMOSM) “Praia Fluvial de Crespos” - Aprovação do Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, o Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas, da empreitada mencionada em epígrafe, nos termos do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

15. Aprovação do Regulamento do Conselho Consultivo da Cultura do Município de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, o Regulamento do Conselho Consultivo da Cultura do Município de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que sugeriu que fosse o Conselho a indicar os nomes na primeira reunião, de modo a evitar votar nomes, pois não tiveram influência nessa escolha. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que solicitou saber qual o critério adotado para que certas escolhas figurassem como nome pessoal e não coletivo. De seguida, referiu que constatou a ausência de uma empresa mais local ligada ao turismo, algo que considerou que seria essencial. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que o convite feito foi em nome pessoal, tal como acontece em sede de regulamento e noutros conselhos semelhantes. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo**

Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. -----

16. Aprovação do Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, o Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.**-----

17. Aprovação da 1.ª Alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «Braga Mais Família». Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, a 1.ª Alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «Braga Mais Família», nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória ” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que referiu que a designação do regulamento deveria ser repensado, pois o mesmo não constitui um verdadeiro incentivo à natalidade ou à adoção. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

18. Minuta de Protocolo de Colaboração com a Cáritas Arquidiocesana de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, nos termos das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a minuta de protocolo de colaboração com a Cáritas Arquidiocesana de Braga, que tem por objeto apoiar a execução do Projeto B!EQUAL, coordenado pelo segundo outorgante, no âmbito do Programa “Escolhas”, com uma comparticipação financeira anual no valor de € 10.000,00 (dez mil euros)”. **Deliberado aprovar por unanimidade.**-----

19. Protocolo de Colaboração com Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a minuta de protocolo de colaboração com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima para aprovação, nos termos das alíneas u), v) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico

das Autarquias Locais, que tem por objeto fomentar a cooperação mútua para promover a proteção e o apoio aos cidadãos vítimas de crime, com uma comparticipação financeira anual no valor de €10.000,00 (dez mil euros)”. **Deliberada aprovar por unanimidade.** -----

20. Protocolo de Colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, nos termos das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a minuta de protocolo de colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Braga, que tem por objeto a definição das condições para a dotação dos recursos humanos necessários ao funcionamento ao Serviço de Teleassistência a pessoas idosas do Concelho de Braga”. **Deliberada aprovar por unanimidade.** -----

21. Apoio Financeiro ao Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad para a participação na Final Four da Supertaça Europeia. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pedido de apoio financeiro apresentado pelo Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad, no valor de 4.924,00€ (quatro mil novecentos e vinte e quatro euros), para fazer face às despesas com a participação na Final Four da Supertaça Europeia, de 12 atletas e 6 elementos da equipa técnica, nos termos nos termos enunciados no n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

22. Contratos Interadministrativos de delegação de competências – Freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a)** Junta de Freguesia de Figueiredo, para execução da obra denominada “Requalificação parcial da Rua das Mimosas - Figueiredo”, no valor de 6 812,62€; **b)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (St. º Estêvão e São Vicente), para execução da obra denominada “Repavimentação da Rua da Poça - Penso (São Vicente)”, no valor de 58 694,11€; **c)** União de Freguesias de Guisande e Oliveira (S. Pedro), para execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação parcial da Rua Volta do Carro”, no valor de 157 682,17€; **d)** Junta de Freguesia de Adaúfe,

para execução da obra denominada “Reforço de Verba Pavimentação da Rua 5 de Outubro - Adaúfe”, no valor de 5 169,46€; **e)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Estêvão e S. Vicente), para execução da obra denominada “Honorários/Projeto – Repavimentação da Rua da Poça Penso (S. Vicente)”, no valor de 4.590,00€; **f)** Junta de Freguesia de Sequeira, para execução da obra de “Construção do Parque de Lazer e Recreio de Sequeira”, no valor de 88.696,16€”. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que afirmou ser importante sublinhar que seria importante que os projetos fossem realizados internamente, pelo município, sem recurso a entidades externas. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

23. Atribuição de apoios financeiros a freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estêvão e S. Vicente), no valor de 26 478,80€, para apoiar a “Requalificação da Rua da Charneca – Escudeiros”; **b)** Junta de Freguesia de Vilaça e Fradelos, no valor de 2 226,00€, para apoiar a “Instalações elétricas na antiga escola de Vilaça”; **c)** Junta de Freguesia de Tadim, no valor de 12 915,00€, para apoiar os “Honorários/Projeto “Requalificação da Casa Mortuária de Tadim e Arranjos Exteriores”; **d)** Junta de Freguesia de Mire de Tibães, no valor de 689,00€, para apoiar a “Abate de árvores na Alameda de Ruães”; **e)** União de Freguesias de Crespos e Pousada, no valor de 1.065,30€, para apoiar a “Intervenção na Rua da Cruz - Pousada”; **f)** Junta de Freguesia de Sobreposta, no valor de 15 608,64€, para apoiar a “Requalificação da secretaria (Espaço Cidadão) da JF de Sobreposta”; **g)** Junta de Freguesia de Padim da Graça, no valor de 5 626,48€, para apoiar a “Construção de Zona de Lazer - Parque Industrial; **h)** Junta de Freguesia de Padim da Graça, no valor de 12 724,81€, para apoiar o “Melhoramento no exterior da EB/JI Santo António - Padim Graça”; **i)** Junta de Freguesia de Sobreposta, no valor de 6.165,26€, para apoiar a “Requalificação do Jardim de Infância de Sobreposta – Trabalhos Complementares”; **j)** Junta de Freguesia de Padim da Graça, no valor de 5 210,74€, para apoiar os “Trabalhos de melhoramento no Parque de Lazer Quintalejo”. **k)** União de Freguesias de Merelim (S. Paio), Panóias e Parada De Tibães, no valor de 10 067,88€, para manutenção de equipamentos fitness; **l)** Junta de Freguesia de Sequeira, no valor de 48 898,52€, para a remodelação das instalações temporárias da Comunidade Escolar da EB1 de Sequeira; **m)** Junta de Freguesia de Sobreposta, no valor de, no valor de 9 979,90€, para a Requalificação da Travessa da Vinha”. **Deliberado aprovar por unanimidade e**

remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----

24. Atribuição de apoios financeiros a entidades. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, e ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea a) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, propostas de atribuição de apoios financeiros, de acordo com os documentos constantes dos respetivos processos, às seguintes entidades: **a)** Crónicas e Critérios Associação, no valor de 4.046,70 (Academia Sénior); **b)** Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, no valor de 3.505,50€ (equipamentos); **c)** Associação Vida Independente, no valor de 18.000,00€, com vista a garantir a continuidade da atividade da Associação de Apoio às Pessoas com Deficiência”. **Deliberadas aprovar por unanimidade.** -----

25. Outras isenções/reduções/taxas – Deferimento. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º; **b)** Alínea c), n.º 1 do artigo H-2/5.º do Código Regulamentar do Município de Braga, dos empreendimentos da iniciativa das entidades indicadas no mapa em anexo (Taxa Municipal de Urbanização); **c)** Do n.º 4 do artigo H-1/16º do Código Regulamentar do Município de Braga (reconhecimento do manifesto e relevante interesse municipal). **Deliberadas aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

26. Outras isenções/reduções/taxas – Proposta de Indeferimento Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga”. **Deliberado aprovar a proposta de indeferimento por unanimidade.** -----

27. Normas de Acesso e Funcionamento do Projeto “Supera-T”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal o documento que fixa as normas gerais de acesso e funcionamento do projeto “Supera-T”, ao abrigo das atribuições do município previstas nas alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e da

competência prevista na alínea *u*) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, tudo de acordo com os documentos constantes do processo ao abrigo das atribuições do município previstas nas alíneas *d*) e *f*) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e da competência prevista na alínea *u*) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que solicitou saber se existe uma estimativa do número de crianças, a revisão dos valores, dos escalões e a criação de um escalão gratuito, e afirmou que deveria ser repensada a situação em que devem ser os pais a suportar uma deslocação. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que afirmou que iria votar contra considerando que o regulamento não salvaguarda a questão do preço, que não estão asseguradas atividades estimulantes e devido a questões relacionadas com o espaço que, no seu entender, possui muitas carências. Em resposta, a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, referiu que foi solicitada uma solução para as horas não letivas de crianças que saem do primeiro para o segundo ciclo e não possuem retaguarda familiar ou uma resposta civil que que garantisse que essas crianças fossem incluídas. Prosseguiu afirmando que se tentou fazer um levantamento de soluções e vagas em organizações e que não sendo viável, se procurou um reforço de assistentes nas escolas para que pudessem oferecer atividades, que também não foi viável. Continuou para afirmar que o compromisso foi criar uma resposta que não seria de ação social ou inclusiva, como havia sido explicado. De seguida, referiu que o plano de atividades ainda não está exposto, e que os técnicos precisam de tempo para conhecer as necessidades das crianças, sendo que neste momento são 15 os utentes inscritos. De seguida, referiu que não foi possível inserir o projeto nas escolas, pelo que o entendimento foi o de procurar uma solução para diminuir o transtorno dos pais, que devem assegurar um transporte aos seus filhos, como já havia sido comunicado, apesar de se tentar aproveitar as soluções que já são oferecidas aos alunos. De seguida, sobre o valor, referiu que foi compromisso do presidente que os pais só custeariam um terço do valor do custo com os técnicos, sendo que foi esse o valor que foi solicitado. Sobre o espaço, referiu que sabe que não existe um espaço exterior, mas que a preocupação foi que houvesse um fácil acesso, com arejamento, pelo que considerou que as instalações respondem às necessidades, e que a ideia é partir para outra solução, sendo que o provisório se aplica apenas ao presente ano letivo. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina**

Conduto de Sousa, voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----

28. As normas de participação do Concurso “Eco-Natal” 2023. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, as normas de participação do Concurso “Eco-Natal” 2023, ao abrigo das atribuições do município previstas nas alíneas d), f) e k) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal”. **Deliberada aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. -----**

29. Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a Cidade de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a Cidade de Braga, ao abrigo do artigo n.º 2 do artigo 23º e do artigo 33º da lei 75/2013”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que solicitou a retirada do ponto para um melhor estudo e planeamento e informou que o PS se iria abster e que faria chegar uma declaração de voto. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que informou que este é um instrumento necessário, importante, com objetivos genericamente válidos, mas pouco ambicioso, com muitas omissões e que a única forma de as resolver seria se as populações fossem auscultadas previamente, e que o ideal seria que a proposta fosse revista no futuro. Referiu também que o plano deveria ser para todo o conselho e que o mesmo não clarifica o papel da nova variante Norte, e que continua a fazer do peão o elo mais fraco. De seguida, questionou se haverá ou não zonas pedonais junto às escolas, se a linha de alta velocidade passará de facto em Semelhe e qual o motivo, e qual foi o cálculo aplicado para os 180€ por metro quadrado de via clicável. Afirmou ainda que seria importante a existência de uma regulação própria para as trotinetes. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que este não se trata de um plano de ação para a mobilidade sustentável, mas de um plano estratégico, e que, por isso, será sempre menos específico. Prosseguiu para afirmar que, do ponto de vista estratégico, é um plano que começou a ser delineado em 2018, tendo havido dois momentos de consulta pública, ainda antes de existir o Conselho de Mobilidade, junto das populações. De seguida, referiu que se estava a fechar o ciclo deste

plano, com uma abrangência mais geral, sendo que era algo necessário para candidaturas a projetos europeus. Referiu também que as considerações do plano foram baseadas nas informações constantes na altura, incluindo as informações prestadas pelas Infraestruturas de Portugal. Terminou por mencionar que o projeto “Eu já passo aqui” tem como um dos objetivos o aumento da segurança junto das escolas, e o abrandamento das velocidades, sendo que alguns dos projetos já estão em fase de desenvolvimento.

Posteriormente, o Partido Socialista fez chegar a seguinte declaração de voto: *“Relativamente ao ponto 29 da Ordem de Trabalhos, designado Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a Cidade de Braga (PMUS), os vereadores do Partido Socialista (PS) consideram que: 1. a concretização de um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, mais do que uma promessa eleitoral, constitui, hoje, uma legítima expectativa e necessidade da população bracarense; 2. no actual contexto de mobilidade da cidade, um documento com esta dimensão e responsabilidade deveria ter uma ampla e alargada discussão política, envolvendo todas as forças políticas com representatividade municipal; 3. este documento, na opinião dos vereadores do Partido Socialista, está desactualizado e é contraditório em si; 4. analisando o documento, este deveria ir muito mais além para se poderem alcançar os objetivos propostos. Não é suficiente, não está maduro o suficiente, mantém quase tudo como está, com acções que são muito reduzidas para o real impacto que é necessário na área da mobilidade; 5. por exemplo, propõe-se reduzir o transporte individual, aumentando o transporte activo e colectivo, mas mantém o privilégio para o transporte individual; 6. é um Plano que continua a deixar escrita a intenção de alargar a zona pedonal. Mas continua a ser apenas uma mera intenção: há ruas sem passeios, há passadeiras sem estarem de nível com o passeio. Falta uma acção que crie um Manual de Critérios para a implementação de passeios, passadeiras e medidas que tornem a cidade acessível a todos os que andam a pé; 7. sobre a implementação da rede ciclável não se definem as prioridades para formar a rede, bem como não se define como se vai ligar as ciclovias que hoje não comunicam entre si. A Rodovia, a Av. Júlio Fragata, a Av. Frei Bartolomeu dos Mártires, que alegadamente terão BRT, e que nos mapas surgem com rede ciclável, vão ou não ter ciclovias? 8. o PMUS está articulado com os planos do BRT? Nos documentos que recebemos não fica claro que estejam coordenadas estas intervenções. Afinal de que serve planear para depois não executar? 9. Falta uma verdadeira estratégia sobre o uso de trotinetes onde se definam criteriosamente o papel de cada interveniente; 10. seria importante e essencial visitar a política de estacionamento tarifado na via pública: não parece sensato ter apenas 7% do estacionamento em 5 das 15 freguesias da zona urbana com zonas pagas; 11. descreve-se a vontade de pedonalizar algumas ruas na envolvente da zona pedonal, mas fica esquecida a necessidade de se manter espaço canal para os transportes públicos nessas ruas; 12. a Variante da Encosta e a Variante Sul, que são Avenidas com vários nomes, como Frei Bartolomeu dos Mártires, Júlio Fragata, António Macedo, deixaram de ser vias distribuidoras principais na última alteração do PDM. Voltam a ser porquê? Assim, e porque os vereadores do Partido Socialista entendem que é essencial um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a Cidade de Braga, mas considerando que a proposta apresentada não assegura uma discussão maturada e um debate amplo e*

alargado com todas as forças políticas com representatividade municipal, o Partido Socialista abstém-se neste ponto.” Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. -----

30. Proposta de apoio financeiro para a organização do Grande Prémio de Literatura de Viagens Maria Ondina Braga – 6.ª Edição 2023. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de apoio financeiro no valor de 20.000,00€ para a organização do Grande Prémio de Poesia Literatura de Viagens Maria Ondina Braga, sendo 12.500,00€ para o premiado e o restante para as despesas de organização e pagamento de encargos com os membros do júri, publicitação e trabalhos de secretaria, de acordo com o protocolo aprovado na Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Braga de 08 de maio de 2017 e celebrado com a Associação Portuguesa de Escritores”. **Deliberado aprovar por unanimidade -----**

31. Normas de Participação no Concurso Jovens Talentos '23 – VIII Edição. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, ao abrigo das atribuições do município previstas na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, as Normas de Participação no Concurso Jovens Talentos '23 – VIII Edição, e a respetiva estrutura da premiação”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. -----**

32. Pagamento de Prémios Ex Aequo - Concurso Sonhos Nos Pés. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta atribuição de Prémios Ex Aequo no âmbito da Gala Final da última Edição do Concurso Sonhos nos Pés”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

33. Recomendação CDU - Medidas extraordinárias de gestão do transporte público em Braga pela Tub - Empresa Transportes Urbanos De Braga - E. M. Foi apresentada a seguinte recomendação: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a recomendação apresentada pela CDU, da qual constam as seguintes propostas de medidas extraordinárias de gestão do transporte público em Braga pela Tub –Empresa Transportes Urbanos De Braga - E. M.: **1.** Estudar em conjunto com a TUB/EM a criação temporária de rotas específicas apoiadas em Interfaces localizados em zonas mais distantes do centro da cidade que contribuam para desviar trânsito desta zona. **2.** No mesmo sentido, procurar reforçar as linhas onde se têm sentido maiores atrasos e constrangimento na circulação habitual e evitar supressões de alguns horários. **3.** Com o objetivo de reforçar a adesão aos transportes públicos nesta situação, estabelecer temporariamente um tarifário com viagens gratuitas ou a valores simbólicos até aos 50 cêntimos”. Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que referiu que as duas primeiras propostas estão perfeitamente em linha do que tem vindo a ser feito, estando de acordo com as mesmas. Sobre o terceiro ponto, considerou que, atendendo ao aumento de passes que se tem registado, a proposta não irá produzir um grande impacto, pelo que a coligação votaria contra. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que afirmou que o PS concordava na íntegra com a proposta, considerando a mesma uma proposta paliativa e desnecessária, afirmando que se tivesse havido o devido planeamento, a mesma não estaria agora a ser apresentada. **Deliberado aprovar por unanimidade os pontos 1 e 2. Reprovado o ponto 3 por maioria, com o voto a favor do PS e voto contra da Coligação Juntos por Braga.** -----

34. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- Iniciou o **cidadão**, que solicitou e consentiu a divulgação dos seus dados pessoais, colocou 2 questões. Em primeiro lugar referiu que a documentação para a reunião do executivo municipal foi disponibilizada tarde, o que não permite que os cidadãos possam realizar a devida consulta. De seguida,

referiu que dada a hora da reunião, deveria ser dada a possibilidade de o público falar no início da mesma, solicitando flexibilidade. De seguida, sobre a aprovação do ponto número 11, referiu que existe uma referência a uma não produção de ruído, mas que noutra página existe uma menção de que de facto poderá haver um ruído reduzido, e que alertava que foi dispensado a avaliação do impacto ambiental e estratégica, referindo estar desiludido pelo voto a favor da oposição. De seguida como primeira questão, perguntou se todas as crianças com necessidades específicas estão abrangidas por tarefas. Como segunda questão, perguntou se existe uma posição do município quanto à proibição da utilização dos dispositivos móveis nos agrupamentos de escolas. Por fim, referiu a contestação relacionada com o complexo desportivo nas imediações da Rua Luís Soares Barbosa (São Vítor), e que ficou surpreso com a possibilidade de aí ser edificada uma creche, num local com muita poluição e com problemáticas específicas. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que a participação do público segue o estipulado pelo regimento, não podendo a ordem ser invertida, e que o mesmo regimento impõe que os cidadãos que intervêm na reunião comuniquem os assuntos que vão levar anteriormente, não podendo responder a questões que surgem no momento. Prosseguiu para informar que os tarefas não estão completamente colocados e que o concurso estava na fase final, sendo que até ao final da seguinte semana deveriam ser selecionados os candidatos que serão, posteriormente, alocados. -----

----- De seguida, a **cidadã Margarida Viana**, que solicitou e consentiu a divulgação dos seus dados pessoais, afirmou representar o grupo de moradores da Rua Luís Soares Barbosa, solicitando a correção da sua intervenção na ata 44, de acordo com os elementos e as perguntas apresentadas. Como primeira questão, solicitou saber como é possível compatibilizarmos o processo do grupo Supera com as regras do domínio hídrico? De seguida, como segunda questão, interrogou se o Sr. Presidente poderia confirmar saber que uma das condutas ia ser desviada para a construção de um ginásio. Ato contínuo, afirmou que o Ribeiro de São Vítor já está estrangulado e não respeita as regras do domínio hídrico, referindo que as regras são para ser respeitadas nos dois sentidos. Como terceira questão, referiu que, após consultar o processo cedido pela Câmara Municipal, confirmou a existência de um parecer de 2021, e que referia que a circulação de trânsito naquela zona é caótica e que irá piorar com a construção do ginásio, questionando o Sr. Presidente se não seria oportuno solicitar novo estudo sobre esta temática. A cidadã entregou um documento, que se anexa à presente ata, referente à sua participação. Em resposta, o **Presidente da Câmara** informou que a questão técnica que foi levantada consta do requerimento do Vereador da CDU, Vítor Rodrigues, e que a resposta ao mesmo, por parte dos serviços técnicos, será partilhada com os presentes. -----

----- De seguida, **uma cidadã**, que afirmou representar um conjunto de pais e encarregados de educação do Jardim de Infância de Dume, referiu que gostaria de entregar um abaixo assinado para solicitar com urgência a redução do limite de velocidade e a colocação de lombas redutoras de velocidade, na Rua do Passal em Dume, pois é uma zona onde as pessoas passam a alta velocidade, criando situações de perigo, solicitando urgência na resolução da questão. Em resposta, o **Presidente da Câmara** informou que a questão tem vindo a ser alvo de ações de monitorização por parte dos serviços, tendo já sido realizadas várias ações de controlo de velocidade e que a percentagem de veículos que circula a altas velocidades é ínfima, e que a média de velocidade é de 36 km/h, sendo que a velocidade máxima registada foi de 55 km/h, não sendo linear que seja necessário aplicar as medidas dissuasoras de velocidade, mas que estão a ser equacionadas medidas de reforço de informação, informando ainda que a questão não está completamente fechada nos serviços, mas que a auditoria real realizada no local não aponta para uma necessidade de intervenção. -----

----- De seguida, um **cidadão**, questionou, sobre o ponto 9, o que mudou desde a última reunião e se o senhor vereador Adolfo Macedo foi efetivamente ao local, que está classificado como zona verde desde a emissão do respetivo alvará de loteamento de 2007, referindo ainda que seria impossível construir as escadas mencionadas, devido ao declive, que representa um perigo eminente de queda de pessoas. Questionou ainda quem garante a segurança às pessoas em caso de queda ou como se desviam do lixo que lá foi depositado, junto à paragem de autocarro, solicitando uma sensibilidade para salvaguardar o interesse público, face às questões por si levantadas. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que as questões não são feitas individualmente a nenhum membro do executivo, mas sim de forma geral, pelo que competia ao Sr. Vereador Adolfo Macedo, caso assim o entendesse, responder às questões no final da reunião. -----

----- De seguida, um **cidadão**, questionou, sobre os pontos 8 e 9, se as expressões utilizadas, como desprezo, abandono, insalubridade, insegurança, são o interesse público, referindo que lhe pareceu existir uma mistura de assuntos, como a responsabilidade dos promotores e a receção definitiva, que não consegue entender, solicitando o motivo da incoerência da votação entre os pontos. Terminou referindo que o ponto 9 possui um parecer técnico que refere tudo o que afirmou. O **Presidente da Câmara** informou que as questões levantadas sobre os pontos 8 e 9 não poderiam ser alvo de resposta pelo mesmo motivo que havia sido referido anteriormente. -----

----- De seguida, o **cidadão Miguel Silva**, que solicitou e consentiu a divulgação dos seus dados pessoais, referiu, como primeira questão, ter estado na reunião, juntamente com duas moradoras da Rua Luís Soares Barbosa, no dia 11 de setembro, sendo que as intervenções não constaram na ata dessa

reunião, e que foram igualmente anonimizados os dados pessoais, solicitando a correção da ata nesse sentido. Ato contínuo, afirmou que a sua presença na reunião se prendia com o facto de ter feito uma questão ao Vereador Altino Bessa, que não foi respondida. De seguida, como segunda questão, questionou se, considerando os documentos que a Comunidade Europeia e o governo português têm vindo a desenvolver para mitigar as alterações climáticas, e a existência de dezenas de nascentes e ribeiras que se encaminham para o Rio Este, que está acima do nível de água do mar, a única forma de acabar com as cheias seria o seu alargamento ou um transvase significativo até ao Rio Cávado, conduzindo as águas que se acumulam da maioria das nascentes e ribeiros. Ato contínuo, como terceira questão, indagou se o documento elaborado pelos serviços municipais de adaptação às condições climáticas é um documento apenas elucidativo ou a ter em conta para ser feita a regulamentação adequada para serem seguidas as suas recomendações. Como quarta questão, inquiriu se, considerando o referido no PDM sobre as reconstruções em leitos de ribeiras e vias de água, as revisões que serão feitas terão em conta as construções em profundidade em zonas de cheias. Como quinta questão, inquiriu se o município possui alguma equipa que esteja a trabalhar para alterar o PDM, nas questões dos licenciamentos e prédios construídos em zonas de cheias, e se o município se responsabiliza pelos danos provocados nas construções. Como sexta questão, inquiriu o Vereador Altino Bessa sobre o motivo pelo qual mudou a sua posição em relação ao espaço contíguo à Rua Luís Soares Barbosa, após ter liderado uma equipa que aí plantou árvores autóctones. Como sétima questão, inquiriu se o Vereador Altino Bessa manteve os serviços municipais a intervir naqueles locais até 2017 e se houve a alguma indicação para algum projeto para aquele espaço. Como oitava questão, perguntou quem levou à Divisão de Ambiente informação sobre o espaço verde ali criado com as árvores ali plantadas. O Presidente da Câmara informou que as questões levantadas não poderiam ser alvo de resposta pelo mesmo motivo que havia sido indicado aos anteriores participantes. O cidadão entregou um documento, que se anexa à presente ata, referente à sua participação. Tomou a palavra **o Presidente da Câmara** que, sobre o PDM, referiu que no que diz respeito às zonas de leito de cheias se respeita aquilo que são as normativas legais, de modo a evitar ou tentar evitar os erros do passado. De seguida, referiu que não existe nenhum mecanismo de assunção de responsabilidades do município de projetos licenciados no passado, porque esses projetos não foram postos pelo município, mas porque as leis e os regulamentos municipais assim o permitiam, e que não faz sentido que quem construiu nesses locais venha agora imputar responsabilidades ao município. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, **o Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 21h, e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Anabela Vieira Ferreira, assistente técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

Intervenção na Reunião da Câmara Municipal de Braga 04.10.2023

Boa tarde, em representação dos moradores da Rua Luis Soares Barbosa.

Solicito a correção da minha intervenção constante na ata nº44 de 11 setembro 2023, para que seja redigida de acordo com os elementos e perguntas apresentados. Recordo que no início da sessão, entreguei ao secretariado as duas intervenções, de hoje e do dia 11 setembro.

«A chuva cai sobre a cidade e sobre o campo. A cidade e o campo são construções do homem. A sua construção ou é sábia e positiva, e em benefício da comunidade, ou profundamente negativa e em benefício apenas de alguns.»

Esta frase não foi dita por um radical ativista ambiental, é da autoria do Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles membro fundador do PPM, partido que participa na coligação Juntos por Braga.

O nosso espaço verde é atravessado pelo ribeiro de São Vítor, que até à construção do Retail Park, do pavilhão ocupado pelo Happy China e E-Redes e dos acessos ao hospital de Braga corria à superfície, tendo sido entubado na sequência destas operações urbanísticas. Olhamos para todos estes processos sem entender como foram possíveis, face às diretivas do Domínio Hídrico que para as ribeiras define uma margem com uma largura mínima de 10m.

Ora somando as duas margens e o leito do ribeiro, que para a construção deste cenário, vamos considerar de 1m, isto dá um corredor com uma largura de 21 metros.

Depois de consultar o PDM, cartas militares e imagens satélites, anteriores ao entubamento do ribeiro de São Vítor, concluímos que todas coincidem, e que esta linha de água faz o atravessamento do nosso espaço verde.

A questão que se segue é: como é possível compatibilizar o projeto do Grupo Supera com as regras do domínio hídrico? Sr. Presidente, sabe que uma das condutas vai ser desviada para se colocar o ginásio no terreno, confirma?

O Sr. Presidente, tem consciência que o ribeiro de São Vítor já está estrangulado e não respeita as regras do domínio hídrico? Isto já é assunto porque estamos perante uma bomba-relógio. As regras são para ser respeitadas nos dois sentidos, Sr. Presidente.

Passando da água para o trânsito... Depois da consulta de algumas partes do processo que a Câmara Municipal de Braga nos cedeu, confirmámos a existência de um parecer sobre o impacto do trânsito nesta via da cidade. Verificamos que as datas dos estudos são referentes ao ano de 2021, estávamos em plena pandemia. Ora, que apropriado! Mas, mesmo assim, existe uma apreciação que nos dá indicação que o trânsito naquela zona da cidade é muito sensível, caótico, e que com a construção do ginásio só irá piorar.

O Sr. Presidente não acha oportuno executar um novo estudo sobre esta temática?

Esperamos esclarecimentos destes dois pontos (Domínio hídrico e trânsito).

Comissão de Moradores
Rua Luis Soares Barbosa

DOMÍNIO HÍDRICO

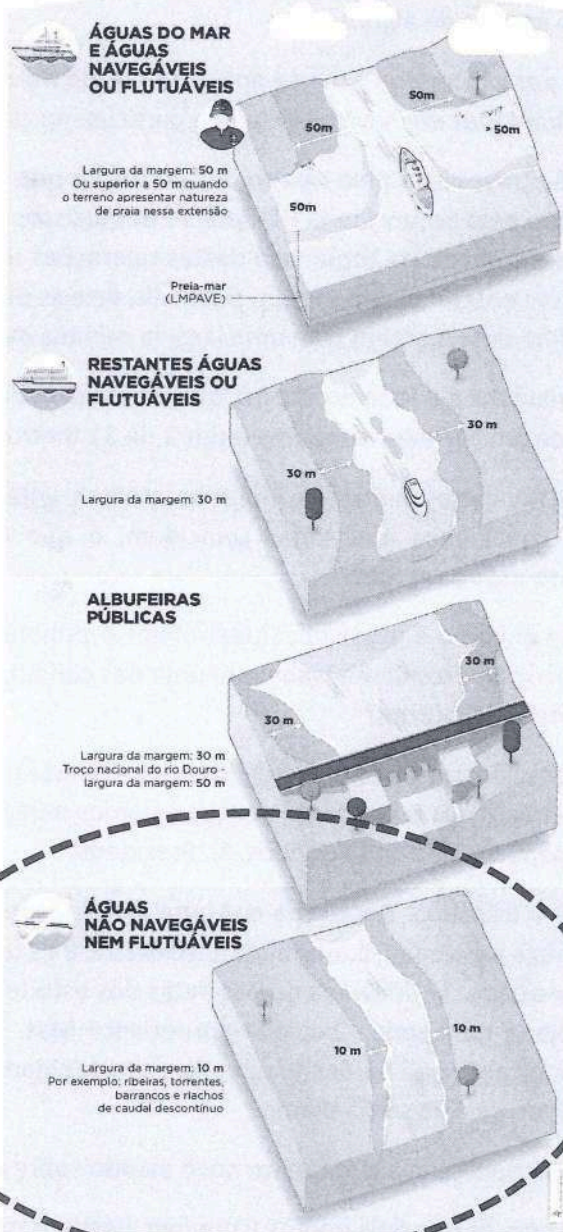
O DOMÍNIO HÍDRICO ABRANGE AS ÁGUAS E RESPECTIVOS LEITOS E MARGENS, PODE SER PÚBLICO OU PRIVADO.

LEITO - terreno coberto pelas águas quando não influenciadas por cheias extraordinárias - inclui mouchões, lódeiros e areais nele formados - limitado por:

- Linha da máxima prela-mar de águas vivas equinociais (LMPAVE), no caso das águas do mar e das águas sujeitas à influência das mares;

• Estrema dos terrenos que as águas cobrem em condições de cheias médias, nas restantes águas;

MARGEM - Faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito.



Exmº Sr. Presidente da Câmara Dr Ricardo Rio
Vereadoras e Vereadores.

Luís

Estive na reunião do executivo juntamente com duas moradoras da Rua Soares Barbosa no dia 11 de setembro. As nossas intervenções não constam da ATA desse reunião, foram ignorados os nomes dos intervenientes.

Usando do meu direito de cidadania, estando num ato público, o meu nome deve de constar na ATA alusiva ao ato, bem como as intervenções dos intervenientes.

Foi a primeira vez que usando o meu direito de cidadania, não constar no documento alusivo á reunião do executivo, o meu nome e a minha intervenção.

Nesse sentido, tratando-se de um documento do que se tratou nessa reunião, a ATA deve ser corrigida e constarem os nomes dos intervenientes e as intervenções feitas.

Quando me inscrevi para voltar a intervir nesta reunião do executivo, deveu-se ao facto de ter feito apenas uma pergunta ao vereador do Ambiente Altino Bessa e a mesma não ter tido qualquer resposta.

Assim sendo reformulo a pergunta feita na reunião do dia 11 de setembro; e tendo em conta os desenvolvimentos que se têm vindo a verificar nomeadamente aos documentos que quer a Comunidade Europeia, quer o Governo Português, têm vindo a desenvolver para mitigar as alterações climáticas.

Existem dezenas de nascentes e ribeiras a encaminhar as suas águas para o "Rio Este". Tratando-se de um rio que está acima do nível de água do mar no seu trajeto pelo conselho de Braga, a única forma de acabar com as cheias na cidade, seria de fazer o seu alargamento, (**impossível de ser feito**), ou fazer um "TRANSVASE na cidade com dimensões significativas até ao Rio Cávado, conduzindo as águas das zonas onde a maioria das ribeiras e nascentes, "no Vale de Lamações" se acumulam.

Impensável de ser feito pelos custos associados a uma intervenção dessa envergadura, pela distância e dimensão dessa estrutura.

Ao Dr. Ricardo Rio pergunto-lhe o seguinte;

- 1. O Documento elaborado pelos serviços Municipais, de Adaptação às condições climáticas, é um documento apenas elucidativo, ou é um documento a ter em conta e de ser feita regulamentação adequada para serem seguidas as recomendações.**

2. Constando no PDM em Vigor construções em leitos de ribeiras e linhas de água, pelo que se tem vindo a constatar, se o mesmo tem merecido por parte do executivo alguma preocupação e se as revisões a serem feitas, virão a ter em conta construções em profundidade em zonas freáticas. (zonas de Cheia), aprovações de construções que ficarão vulneráveis, como acontece em alguns prédios da rua Soares Barbosa, que têm de bombear as águas das garagens.
3. O Município tem alguma equipa que esteja a trabalhar, serem feitas as alterações ao PDM, que visem os licenciamentos feitos e cujos prédios construídos em zonas de cheia, licenciados pelo Município se o Município se responsabiliza pelos danos causados nas construções.

Pergunto Ao Vereador Altino Bessa;

1. Que levou o Vereador a mudar a sua posição em relação ao espaço contíguo à Rua Soares barbosa, que em 2015 por iniciativa do pelouro que dirigia, no âmbito do reflorestar Braga ter levado os serviços e mobilizando voluntários para serem plantadas naquele espaço algumas árvores de espécies autóctones.
2. Manteve os serviços Municipais a intervirem naquele espaço até 2017. Alguma indicação lhe foi dada sobre qualquer projeto para aquele espaço nesses anos em que o Município ali foi intervindo?
3. Quem levou à divisão de ambiente, informação sobre o espaço verde ali criado com as cerca de 50 árvores ali plantadas, terem obtido um porte significativo, já que o espaço se encontra numa zona freática com humidade que proporcionaram um crescimento rápido, ter levado o vereador a aprovar a construção do ginásio por parte da empresa Supera.

Está a decorrer hoje uma vigília pelos moradores da Rua Soares Barbosa. Convido o Sr. Presidente e Vereador Altino Bessa a irem lá e explicarem, o que vão fazer às árvores ali plantadas, o que vai acontecer aquele espaço se for feito a construção do GINÁSIO, com CAVE e SUBCAVE para estacionamento, com o desvio das linhas de água, garantindo-lhes que não terão as suas garagens alagadas, já que a construção lhes vai resolver os problemas que têm vindo a ter com as linhas de água que passam por aquele espaço.

Braga, 4 de outubro de 2023;

Miguel Lopes

XIII MANDATO

ATA N.º 46/2023

Reunião ordinária pública de 16 de outubro de 2023

Ao décimo sexto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Edifício GNRation, situado na Praça Conde de Agrolongo, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, Assistente Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Artur Feio**, com dois assuntos. O primeiro assunto alusivo à inundação no pavilhão de Dume, devido às últimas chuvas e afirmou que esta situação é recorrente desde a sua inauguração. Reforçou que os pavilhões e as escolas continuam a ter dificuldades em resistir aos invernos. Continuou a sua intervenção, com o segundo assunto, salientando o problema com os muros de suporte de pedra existentes na EB1 da Sé, afirmando que deveria ser feito um levantamento definitivo do ponto de situação das escolas e que existem questões que deveriam ser resolvidas no momento. Em resposta ao primeiro assunto tomou a palavra o **Administrador da AGERE, Rui Moraes**, que referiu “Quando construíram o Padel fizeram um género de meia cana para ligar à saída das águas pluviais no

edifício sem autorização, impermeabilizaram o solo em cima e a cadência daquilo que estava feito era para aquilo que saía do pavilhão e não com a parte do Padel” acrescentou ainda “construíram umas caixas e meias canas encostadas ao pavilhão o que faz com que, quando chove intensamente entra água para dentro do pavilhão.” Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Sameiro Araújo**, para acrescentar que “houve uma reunião no local com o empreiteiro que construiu o Padel e com a entidade que detém o Padel, com os nossos técnicos e com a SGB, informando que o próprio empreiteiro reconheceu o erro da obra e que o mesmo será retificado”. Em resposta ao segundo assunto tomou a palavra a **Diretora Municipal de Obras e Serviços Municipais, Alzira Torres**, para informar que, o muro da EB1 da Sé cedeu devido às árvores de grande porte, que lá existiam, mas que já foram abatidas. Acrescentou que o projeto de intervenção do muro estará brevemente concluído e que serão feitas outras obras na escola para além do muro, uma vez que, de momento e por questões de segurança algumas zonas da escola estão interditas. Em relação às outras escolas, comunicou que a Divisão de Manutenção e Conservação (DMC) procedeu a um levantamento do estado da cobertura e, aquelas que necessitam de pequenas intervenções foram registadas, estando agora a ser solucionadas nas escolas. Completou a resposta, dizendo que já existe um planeamento das que necessitam de uma intervenção geral. Interveio novamente o **Vereador do PS, Artur Feio**, para solicitar o acesso às informações dessas intervenções e ao levantamento das coberturas nas escolas, para que possa perceber qual o planeamento a ser feito, quais serão as dificuldades e onde serão feitas essas mesmas intervenções. O **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, consentiu com o pedido, e assegurou que os serviços da Câmara Municipal de Braga podem facultar essa informação. -----

----- Em seguida, interveio o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, para informar que o Auditório Adelina Caravana na escola Calouste Gulbenkian está em risco uma vez que chove lá dentro e que as madeiras já estão “inchadas” e não podem ser substituídas, dado serem madeiras exóticas e de uma espécie protegida que não pode ser comercializada. Finalizou, afirmando que esta situação foi reportada há um ano e ainda nada foi feito para que se resolvesse o problema. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que a escola Calouste Gulbenkian há poucos meses atrás não estava sob a tutela do Município, este apenas fazia operações de manutenção pontuais. Acrescentou ainda, que a referida escola foi uma das sinalizadas como prioritária em termos de intervenção. -----

----- Seguiu-se a intervenção da **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que abordou o tema da afetação dos assistentes operacionais nas escolas públicas referindo que há falta de recursos humanos para o aumento do número de alunos nas escolas de Braga e questionou ainda, qual a previsão para que se regulasse a afetação dos assistentes operacionais de forma transversal às escolas do Concelho e que

todas as escolas fossem informadas. Seguiu com o assunto alusivo ao transporte dos alunos do primeiro ciclo do ensino articulado da música, do Agrupamento de Escolas de Maximinos, que têm a necessidade de ser transportados, uma vez por dia, da escola onde estão a ter as aulas curriculares e onde almoçam para a escola Secundária de Maximinos onde têm “uma oferta do serviço de ATL” da parte da tarde. Afirmou ainda, que no presente ano a escola pretende que o ATL, situado na escola Secundária de Maximinos, seja gratuito, mas não está previsto nenhum transporte para as crianças do primeiro ciclo se deslocarem entre as escolas. Neste sentido questionou se o School Bus e o transporte gratuito não são para todos os residentes do Concelho e se numa situação tão específica e clara como a que apresentou não se deveria assegurar esta possibilidade aos alunos do ensino articulado. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, e em resposta ao primeiro assunto referiu que, relativamente aos Assistentes Operacionais tinha sido feito há alguns meses um procedimento concursal onde houveram mais de 1500 candidaturas e cujas entrevistas terminaram recentemente. Informou ainda, que na sexta feira, dia 13 de outubro, tinham sido assinados os contratos com todos os assistentes operacionais, que durante esta semana e a próxima ficariam colocados e sendo do conhecimento de todos os diretores dos agrupamentos. Em resposta ao segundo assunto a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, esclareceu que: “ao contrário daquilo que foi dito a escola não presta um serviço de ATL, o que a escola tem é uma Assistente Operacional afeta àquelas crianças que por necessidade de estarem na escola e porque frequentam o ensino articulado têm que, até à hora dos pais as irem buscar, ficar lá numa sala”. Prosseguiu afirmando que, “quem presta serviço de ATL é a instituição que está na escola por acordo prévio com o Diretor, a prestar um serviço às crianças que pagam”. Informou por fim, que a Câmara já está a tentar colmatar a situação tendo já agendada uma reunião com a Presidente da Associação de Pais. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para esclarecer que o School Bus “não é para todos mas irá ser para todos” havendo um alargamento já em 2024. -----

----- Por fim, tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, para colocar uma questão decorrente de uma reunião que tiveram com a direção da Associação Académica da Universidade do Minho. Questão essa referente ao serviço de transporte entre os dois polos universitários, Campus de Azurém e Campus de Gualtar e se estava em desenvolvimento a implementação de uma solução, com horários em número suficiente e com preços reduzidos ou gratuitos, à semelhança do que está a ser desenvolvido no Município de Braga quanto aos passes gratuitos para os estudantes. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para esclarecer que, o enquadramento de todo o transporte de pessoas, hoje, está regulado com base naquilo que são as determinações da autoridade de transporte.

Acrescentou ainda que, “no contexto da nossa CIM, e no contexto das outras CIMS, que neste caso abrangem Braga, Guimarães, Cávado e Ave, o transporte está regulado no âmbito dos serviços de concessão intermunicipais”. Prosseguiu afirmando que a autoridade de transportes e a autoridade da concorrência, têm vindo a procurar informações relativamente ao serviço que é prestado pela Associação da Universidade do Minho e que havia questões de natureza jurídica quanto à legitimidade desse serviço. Complementou com a informação de que a partir de janeiro os sub-23 passarão a ter transporte gratuito que abrange o contexto das CIMS, ou seja, “todos os alunos que queiram ir de Braga a Guimarães e vice-versa”. Por fim, contou que tem existido diálogo com a Associação Académica da Universidade do Minho para que se possam conciliar as perspetivas de ambas as instituições mas, “até ao momento, não foi possível.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----
Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 10 de outubro de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. Aprovação da ata n.º 44/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021.
Deliberado aprovar por unanimidade. -----

2. Deveres de informação das empresas locais - Relatórios de execução orçamental – 2º trimestre de 2023. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior apreciação da Assembleia Municipal, os seguintes relatórios de execução relativos ao 2º trimestre do exercício de 2023, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: AGERE, Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga; Transportes Urbanos de Braga, EM; Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga; Teatro Circo de Braga, EM, S.A.; INVESTBRAGA - Agência para a Dinamização Económica, E.M.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que questionou quais as razões dos atrasos acerca do nível da execução das empresas Bragahabit e dos TUB e do atraso no recebimento de verbas por parte do PART. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, afirmou que o atraso do nível da execução dos investimentos dos transportes urbanos deveu-se ao prazo de entrega dos autocarros

que está previsto já para as próximas semanas. Prosseguiu, para informar que: “com base na informação direta da CIM, hoje como é sabido as verbas transferidas do PART são mediadas pela CIM, portanto os prazos têm sido relativamente atrasados por questões de natureza burocrática. Como aquilo abrange vários municípios, há municípios que não entregam atempadamente os relatórios.” Explicando que essas situações geram vários atrasos. Foi dada a palavra ao **Administrador da Bragahabit, Carlos Videira**, que em relação à reabilitação do Bairro Social de Santa Tecla esclareceu que faltava apenas a intervenção do Bloco 2 que teve uma prorrogação até dia trinta de novembro de 2023 e que terão condições para garantir que essa intervenção será executada até essa data. Prosseguiu com a empreitada do Bairro das Andorinhas, que por opção da Bragahabit, em não ter feito uma empreitada única e exclusiva de reabilitação mas por blocos o que permitiu ter mais frentes de obra ao mesmo tempo mas, foi necessário serem lançados mais concursos públicos o que provocou alguns atrasos. Relativamente ao Bairro Social das Enguardas o **Administrador da Bragahabit, Carlos Videira**, esclareceu que houve alguns constrangimentos devido a erros nos registos de propriedade no que diz respeito às tipologias e respetivas permissões e que a necessidade de regularizar todos os registos atrasou o processo, mas que se pretende concretizar a sua adjudicação neste ano civil. Seguiu com a explicação em relação ao Complexo Habitacional do Picoto onde afirmou ter sido realizado um processo de auscultação com as famílias, nomeadamente as casas que estavam nas piores condições de habitabilidade e informou que já foi executada no mês de setembro a escritura para aquisição de seis casas. Por fim referiu que: “no que diz respeito à aquisição de frações habitacionais para arrendamento, para além destas casas, já tinha sido feito outra por direito de preferência, temos uma obra em curso para trinta habitações no valor de 5.000.000€ também para concretizar aqui esta vertente do PPI e a aquisição do terreno e construção para a comunidade de São Gregório, estamos também com um processo de auscultação das famílias e já conseguimos encontrar uma solução que é do agrado de todas as partes.” **Tomou-se conhecimento e remeter à Assembleia Municipal.** -----

3. Aquisição da totalidade das participações sociais na SGEB -Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. com a finalidade de proceder à subsequente internalização dos serviços. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a presente proposta de aquisição de participações sociais, consubstanciada na minuta de documento que constitui DOC. 3, aquisição que engloba os ativos de infraestruturas sob gestão da SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A., após o que a mesma será submetida a apreciação da Assembleia Municipal como órgão com competência para deliberar sobre esta matéria, nos termos do

previsto no artigo 25.º, n.º 1, alínea n) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seguindo-se a restante tramitação processual. Sob o ponto de vista dos encargos diretos e imediatos, o município terá que despende o montante de €15.000.000 (quinze milhões de euros), correspondente ao valor dos 51% (cinquenta e um por cento) de ações pertencentes ao parceiro privado, valor compatível com o intervalo constante do estudo obtido e que constitui o DOC. 3, bem como da negociação havida com os acionistas privados. A operação que se propõe, constitui um decréscimo de despesa para o Município ao longo do período da parceria, não implicando um aumento da despesa a longo prazo, mas traduzindo, isso sim, uma poupança da ordem dos €28.000.000 (vinte e oito milhões de euros) - cfr. DOC. 2. A operação de aquisição patrimonial, liquidação, dissolução e internalização da atividade, para além de resultar num investimento e correspondente aumento dos ativos do município, encontra-se especialmente enquadrada no artigo 166.º Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro) norma que permite aos municípios adquirir a totalidade das participações sociais de sociedades comerciais em que tenham participação, com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização nos seus serviços das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada num prazo máximo de 6 (seis) meses.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, para comunicar que são a favor da proposta, mas, alertou para a necessidade de se efetuar um levantamento sobre o real estado dos equipamentos antes de concretizar o negócio e não “avançar para a aquisição completamente às cegas”. Continuou dizendo que, “há que fazer o levantamento das patologias e perceber se há trabalhos da responsabilidade de quem os fez”, dando como exemplo o estado do Pavilhão de Vilaça, que é um problema grave. Considerou ainda que qualquer poupança é positiva, mas que os números anunciados “nem de perto, nem de longe” correspondem à realidade. Apontou que, “hoje, 2023, demos um passo de muitos para poupar qualquer coisa, mas não 30 milhões de euros como referiu o Sr. Presidente”. De acordo com dados estimados na documentação apresentada, a poupança com a internalização da SGEB será cerca de 28,2 milhões de euros e a este valor, se “descontarmos os 15 milhões a pagar ao privado, os estudos custam dinheiro e o indexante que é imprevisível a poupança será praticamente zero”. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que informou que a Coligação Democrática Unitária faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte **declaração de voto**: *“Relativa ao ponto 3 da Reunião ordinária pública de 16-10-2023 da Câmara Municipal de Braga: “Aquisição da totalidade das participações sociais na SGEB -Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. com a finalidade de proceder à subsequente internalização dos serviços”. Está em apreciação uma nova proposta de compra pela autarquia do total da sociedade constituída para construção e manutenção de campos de futebol sintéticos, designada de SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga,*

criada em formato parceria público-privada em 2008. Como a CDU alertou em maio de 2022, segundo constava em relatório publicado pela DGAL, e contrariamente aos repetidos anúncios da coligação PSD/CDS/PPM, a Câmara Municipal de Braga continua a ver os seus gastos anuais aumentarem com esta PPP. Segundo o referido relatório, esta PPP custou ao erário municipal mais 33% em 2021 do que em 2020, totalizando cerca de 5 300 000 euros!!! O carácter ruinoso desta PPP está bem patente no facto de todos os anos a autarquia aumentar os seus gastos de milhões com a PPP, sem que a dívida à SGEB diminua. Em simultâneo, os privados envolvidos continuam a somar créditos a receber, justificados como suprimentos. Esta PPP é um autêntico criado pela gestão do PS, como a CDU alertou no momento em que a proposta foi aprovada nos órgãos municipais em 2008, mas que tem contado com a passividade da coligação PSD/CDS/PPM, que demora em resolver a situação. Apesar dos anúncios de Ricardo Rio da intenção de a dissolver, esta dissolução continua por concretizar. A CDU recorda que ao longo dos anos de actividade da SGEB, desde 2009, manteve uma posição de rejeição da parceria, votando sempre contra os contratos de arrendamento submetidos a votação. Note-se que os custos anuais na ordem dos 6 ME resultam do pagamento destas rendas, aos quais acrescem as despesas de manutenção dos equipamentos. Sobre estas despesas de manutenção importa dizer que o caderno de encargos da PPP não define quem é responsável, remetendo para os contratos de arrendamento, que vieram atribuir essa obrigação ao município. Não é demais lembrar que, desde 2013, é a coligação PSD/CDS/PPM que governa o município, pelo que foi também ela responsável pela celebração de novos contratos de arrendamento com a SGEB, aos quais não mudou uma vírgula, prazos e obrigações nos mesmos termos do passado. Esta maioria foi também responsável por novas operações de financiamento, nomeadamente com o BES (Novo Banco). Em dezembro de 2016, foi aprovada em reunião de câmara a dissolução da SGEB, com a abstenção da CDU e os votos favoráveis do PSD, CDS e PS. A CDU justificou a abstenção afirmando a posição de sempre contra a PPP, com a incerteza relativa ao pagamento de indemnizações aos accionistas privados, assim como quanto à poupança estimada que a operação garantia (90 ME). Nessa data, foi também aprovada a dissolução da SGEB na Assembleia Geral da empresa, ainda que os accionistas privados se tenham absterido, por discordarem do valor da indemnização. Em abril de 2017, foi aprovada em reunião de câmara a internalização da atividade da SGEB, com a abstenção da CDU e agora também do PS, e os votos favoráveis do PSD e do CDS. Na altura, a CDU manifestou mais uma vez discordância relativamente ao acordo de credores e accionistas. Contudo, tal operação estava dependente de visto prévio do Tribunal de Contas, o que não veio a obter, uma vez que previa o agravamento da dívida municipal em mais de 20%, ficando suspensa. Em dezembro de 2020, à luz do novo enquadramento legal relativo ao endividamento (no âmbito das

respostas à pandemia), a CMB entendeu que podia aproveitar esta oportunidade para se endividar tendo em vista a dissolução da SGEB, sem que entre em incumprimento. Esta abordagem voltou a não ter concretização efetiva. Agora, argumentando o aproveitamento de uma possibilidade prevista para o endividamento dos municípios para este efeito, a maioria liderada pelo PSD apresenta uma quarta proposta. A proposta agora apresentada destaca a estimativa de uma poupança de 28,2 milhões de euros, o que corresponde cerca de apenas $\frac{1}{3}$ da poupança estimada em 2017 e cerca de $\frac{1}{2}$ da poupança estimada em 2020. No entanto, a leitura dos documentos permite perceber que, contabilizando os custos com o crédito que a autarquia vai contratualizar, a poupança pode, no limite, vir a ser de apenas 1,3 ME. Em cerca de 6 anos, a poupança estimada reduziu-se em mais de 10 milhões por ano decorrido, na versão mais otimista da proposta agora apresentada. Por um lado, são valores que criam fundadas dúvidas sobre o seu rigor, quer na proposta atual, quer nas anteriores. Por outro, os valores apresentados para indemnização dos privados envolvidos e de poupança da autarquia com esta opção ficam longe de constituir uma solução que acautele devidamente o interesse público. Analisando a operação agora proposta, a CDU considera que a dissolução da SGEB é a melhor opção, independentemente do valor final de poupança, que será sempre relevante, e desde logo porque as PPP são sempre lesivas para o interesse público. Esta PPP em particular tem sido uma “galinha dos ovos de ouro” para os accionistas privados que, além de sócios maioritários, são fornecedores e os maiores credores da empresa, tendo realizado a construção dos equipamentos com valores muito acima dos previstos inicialmente. Reafirmando que é favorável à liquidação da SGEB, o Vereador da CDU ABSTEVE-SE na votação desta proposta, tendo em conta que os termos do acordo com os accionistas privados e as condições da aquisição da sua parte ficam distantes de constituir uma solução justa para o interesse público”. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que afirmou que o mais importante do que o valor da poupança é o significado do “encerrar um ciclo muito ruinoso” para o Município. “Fechar o dossier SGB é uma missão importante e foi tratado com rigor e abrangência possível” e “extinguirmos uma desavença que efetivamente foi uma página negra na história da gestão pública do nosso país, infelizmente que ocorreu em Braga durante estes últimos anos e ainda por cima por uma razão sem nexo nenhum”. Continuou dizendo que: “optou-se por pagar muito mais do que aquilo que teria sido possível fazer com um financiamento direto bancário na altura em que a SGB foi constituída “e que “a poupança até poderá ser superior se as taxas de juro descenderem”. Este passo dado para o encerramento desta PPP, que “terá de ter luz verde do Tribunal de Contas tem um duplo significado: “Politicamente e pessoalmente acho que esta é a demonstração clara de uma maneira diferente de fazer política”. Esclareceu que quando se fala na poupança de 28 milhões “não é dinheiro que a Câmara vai receber, é dinheiro que este executivo e

os próximos, durante aquele que seria o prazo e vida da SGEB, vão poupar face à manutenção desse contrato”. Relembrou que a extinção da SGEB sempre foi uma das bandeiras da Coligação que não foi possível concretizar mais cedo devido a questões legais, “nomeadamente à intransigência demonstrada, à época, pelo Ministério das Finanças que nunca foi possível ultrapassar”. Reconheceu ainda que a postura do atual ministro das Finanças, Fernando Medina, foi crucial para, agora se conseguir dar este passo e avançar com a internalização da SGEB. “abriu uma janela e estamos a aproveitá-la”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e remeter à Assembleia Municipal.** -----

4. Contratação de empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de €15.000.000 – Plano de Intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública - Análise de Propostas. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta para contratação de empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de €15.000.000, para o Plano de Intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º e alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nos seguintes termos: 1- Autorizar os investimentos constantes do Plano de Intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública, identificados neste empréstimo, Anexo IV, atendendo a que os investimentos financiados ultrapassa 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício (15.000.000/47.058.425=31,88%), de acordo com o definido no n.º 2, do artigo 51.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual; 2- Adjudicar, com base no procedimento de consulta desenvolvido, a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de €15.000.000, destinado ao Plano de Intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, à taxa de juro fixa constituída por Swap Euribor 6M 10Y + 0,48% + 0,10% (credit charge) que, à data de 10/10/2023, corresponde à taxa fixa final de 3,972%.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa,**

Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e remeter à Assembleia Municipal. -----

5. Contratação de empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 15.000.000€, para aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB - Análise de Propostas.

Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta para contratação de empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 15.000.000€, para aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º e alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nos seguintes termos: Adjudicar, com base no procedimento de consulta desenvolvido, a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 15.000.000€, para aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, à taxa de juro fixa constituída por Swap Euribor 6M 8Y+0,33%+0,10% (credit charge) que, à data de 10/10/2023, corresponde à taxa fixa final de 3,786%.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, para informar que o Partido Socialista faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, o Partido Socialista fez chegar a seguinte declaração de voto: *“Relativamente ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos, designado Contratação de empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 15.000.000 €, para aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB - Análise de Propostas, os vereadores do Partido Socialista (PS) consideram que: 1. a concretização da aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB constitui, hoje, uma legítima expectativa da população bracarense; 2. esse foi o motivo pelo qual os vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente o ponto 3 da Ordem de Trabalhos desta reunião; 3. no entanto, e tendo em conta que não participamos no processo negocial de contratação do empréstimo propriamente dito, não podemos aferir qual a melhor opção financeira para contratação do mesmo. Assim, ainda que os vereadores do Partido Socialista se revejam para aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB, mas considerando que se neste ponto se decide apenas a escolha da entidade financeira para contratação do empréstimo, os vereadores do Partido Socialista abstêm-se neste ponto. Braga, 23 de outubro de 2023.”* **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara,**

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e remeter à Assembleia Municipal. -----

6. Contrato de Cedência de interesse público - Junta de Freguesia Sobreposta - Parque Autocaravanas. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com visa à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta contrato de cedência de interesse público com a Junta de Freguesia de Sobreposta para instalação de um parque de autocaravanas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea j) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e remeter à Assembleia Municipal. -----**

7. Cedência de posição contratual do Lote 10 do Parque Municipal da Sobreposta à sociedade “Bracurva, Lda. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, cedência de posição contratual do Lote 10 do Parque Municipal da Sobreposta à sociedade “Bracurva, Lda.”, NIF 508.976.880, com sede na Rua Parque Bouça das Mouras, de acordo com o artigo 33/1.º alínea g) da Lei 75/2013 de 12 de setembro.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. -----**

8. Hasta Pública a Parcela de terreno sita na União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de alienar em Hasta Pública a Parcela de terreno sita entre a Rua Edgardo Malheiro e Rua Penedo da Cruz, lugar do Bairro ou Miradouro, União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

9. Proposta de Prolongamento do Topónimo Rua dos Espessandes, na Freguesia de Figueiredo. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de atribuição de topónimo a uma artéria implantada no Lugar da Estrada, na freguesia de Figueiredo. Rua dos Espessandes – Prolongamento: Início – Rua dos Espessandes – Freguesia de Esporões - Fim – Rua Pinheiro do Bicho.” **Deliberado aprovar por unanimidade. Edital nº 570/2023.** -----

10. Minuta do contrato de consórcio - Bairro Comercial Digital de Braga- Município de Braga e a Associação Empresarial de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal para aprovação, a minuta do contrato de consórcio e celebrar entre o Município de Braga e a Associação Empresarial de Braga, no qual o Município de Braga e a Associação Empresarial de Braga constituem entre si um consórcio destinado à criação, dinamização e gestão do Braga Smart Retail – Bairro Comercial Digital de Braga (BCD Braga), o qual será financiado ao abrigo dos termos previstos no Aviso de Concurso N.º 12/C16-i02/2023 do PRR.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

11. Proposta para apreciação e deliberação da operação urbanística alteração e ampliação de edifício destinado a creche – Cruz Vermelha Portuguesa. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do projeto de arquitetura da operação urbanística de “alteração e ampliação de edifício destinado a Creche – Cruz Vermelha

Portuguesa”, sita na Rua José António Cruz, São Vítor, Braga, nos termos da alínea d) do nº 3 do artigo 75.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** ----

12. CPE.11.22. DMOSM - Requalificação da Piscina Municipal do Complexo Desportivo da Ponte - Proposta de 2ª Modificação Objetiva ao Contrato. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização, pela Câmara Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 25.821,32€ + IVA, e aprovação da supressão de trabalhos no valor de 3.945,96€ + IVA, da prorrogação do prazo por 30 dias, prevendo-se a sua conclusão até 01/01/2024 e da minuta do aditamento ao contrato, da empreitada em epígrafe.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

13. CPE.11.20. DMOSM – “Variante do Cávado entre KMS 3+366.185 E 3+625.000 e regularização do rio torto entre a rotunda da Av. do Estádio e a EN 201” - Indemnização de estaleiro. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal, da indemnização no valor de 94.792,93€ + IVA, referente à reposição do equilíbrio financeiro do contrato de empreitada, devido à manutenção do estaleiro, da empreitada em epígrafe, nos termos do previsto no artigo 354º do CCP.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

14. Contrato de dinamização cultural - Tuna Feminina Universitária do Minho. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o contrato de dinamização cultural, que tem por objeto a atribuição de um apoio financeiro a Tuna Feminina Universitária do Minho

- Gatuna, no valor de 800,00€, apoio esse que será pago numa única prestação a 30 novembro, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

15. Contratos Interadministrativos de delegação de competências – Freguesias. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a)** Junta de Freguesia de Palmeira, para execução da obra denominada “Honorários/Projeto – Águas Pluviais e Pavimentação da Rua da Veiga - Palmeira”, no valor de 7 695,00€; **b)** União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos, para execução da obra denominada “Trabalhos Complementares - Trabalhos de Manutenção no Edifício do J.I.- Frossos”, no valor de 11 001,66€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

16. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Âmbito do Projeto “Atendimento Municipal nos Espaços Cidadão” - Freguesia de Padim da Graça. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato administrativo de delegação de competências, nos termos da leitura conjugada do n.º 1 do art.º 23.º, alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º e alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com a Freguesia de Padim da Graça, no caso, Espaço Cidadão a protocolar diretamente entre a Junta de Freguesia e a Agência para a Modernização Administrativa, com declaração de não oposição do Município e, para a qual se propõe a instalação do Espaço Cidadão adicionando o atendimento municipal, conforme a lista de serviços anexa à minuta de contrato interadministrativo. Para o exercício das competências referidas pela Junta de Freguesia, o Município de Braga propõe a transferência anual, para a segunda Outorgante, de 8.058,41€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

17. Propostas de atribuição de apoios financeiros a freguesias. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º

33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** Junta de Freguesia de Sequeira, no valor de 3 993,22€, para apoiar a obra de “Reparação de equipamentos no Polidesportivo da Praceta das Caldas”; **b)** União de Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede), no valor de 157 466,11€, para apoiar a obra de “Alteração de passeio/travessia na Rua das Searas – Este (S. Pedro)”; **c)** União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, no valor de 123.649,00€, para apoiar a “Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia de Aveleda.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

18. Proposta de Apoio financeiro a Entidades - Bolsa Social de Mérito – Ano Letivo 2023/2024.

Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal proposta de atribuição de 15 Bolsas Sociais de Mérito para o ano letivo 2023/2024, no valor de 1.000,00 €/cada, no valor total de 15.000,00€ (parte F (Apoios Municipais) F-6/1º. e seguintes do CRMB.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

19. Outras isenções/reduções/taxas. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º.”. **Deliberado aprovar por unanimidade e dar conhecimento à Assembleia Municipal.** -----

20. Pedido de isenções – Indeferimento. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado aprovar o indeferimento por unanimidade.** -----

21. Parecer para atribuição do Estatuto de Utilidade Pública - Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, o parecer emitido pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, de 11 de outubro último, com os fundamentos constantes da informação prestada pela Divisão de Assessoria e Apoio Jurídico, para instrução do pedido da Associação de Estudos de Direito Regional e Local /AEDREL), com vista à atribuição do estatuto de utilidade pública, nos termos do artigo 8º, nº 1, alínea d) da Lei 36/2021,

de 14 de junho.” .” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

22. Carrossel Parisiense de Natal 2023 - Proposta de preço por viagem. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de pagamento do valor simbólico de **2,00€ com IVA incluído à taxa legal em vigor**, por cada viagem no Carrossel Parisiense de Natal de 2023, no âmbito da programação “Braga é Natal”, com a promoção da realização do Mercado de Natal que irá decorrer na Praça Municipal, no período de 1 de dezembro a 24 de dezembro de 2023, onde ficará instalado o referido carrossel (alínea u), do artigo 33º, do Dec. Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual).” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Edital nº 571/2023.** -----

23. Normas de funcionamento do Mercado de Natal, integrado no Braga Natal 2023 - Proposta de aplicação de preços aos participantes. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as normas de funcionamento e participação do Mercado de Natal integrado no evento “Braga é Natal”, edição 2023, que decorrerá entre os dias 1 a 24 de dezembro, do corrente ano.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Edital nº 572/2023.** -----

24. Proposta de venda ao público de um Livro de Postais Ilustrados da Exposição Coletiva “Braga 22x22 - Braga Sonhada”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de atribuição do valor de €10,00 com IVA incluído à taxa de 6%, para venda ao público da publicação do Livro de Postais Ilustrados da Exposição Coletiva “Braga 22x22 – Braga

Sonhada”, nos termos do artigo 21º, nº1 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na redação atual.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. Edital nº 573/2023.** -----

23. Aprovação da ata em minuta. Deliberada aprovar por unanimidade. -----

Foram propostos, pelo Presidente da Câmara, os seguintes votos de louvor: -----

---- **Voto de louvor à APD – Braga**, pela conquista da Supertaça de basquetebol em cadeira de rodas, em Vila Nova de Famalicão, no passado dia 05 de outubro. Esta vitória desportiva alcançada por um clube do concelho, prestigia Braga e os bracarenses e valida de forma brilhante a política de fomento desportivo que vem sendo praticada pelo município. A somar a este título o clube tem revelado um trabalho notável o que constitui motivo de júbilo e contentamento a todos os bracarenses. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor à atleta Beatriz Fernandes**, que conquistou o título de campeã Nacional de Esperanças (sub 23), em prova realizada em Viana do Castelo, a 24 de setembro do corrente ano, pelo título alcançado e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor à atleta Mariana Machado**, que conquistou o título de campeã Nacional Absoluto de Estrada, em prova realizada em Viana do Castelo, a 24 de setembro do corrente ano, pelo título alcançado e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação e promoção de

variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **Voto de louvor à equipa de Futebol de Praia do Sporting Clube de Braga**, que venceu a Taça de Portugal, em jogo realizado no Estádio Praia do Ouro, em Sesimbra, no passado dia 01 de outubro, que vem valorizar e reforçar as qualidades dos atletas, caracterizados por um enorme caráter e perseverança e motivo de júbilo para todos os Bracarenses, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, assim como na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas.

Deliberado aprovar por unanimidade. -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- Iniciou o **cidadão Carlos Dobreira** que consentiu a divulgação dos seus dados pessoais, e questionou o ponto de situação do projeto de regulamento municipal de gestão do arvoredo em meio urbano de Braga. De seguida, como segunda questão quis saber qual o ponto de situação do inventário municipal do arvoredo em meio urbano de Braga. Seguiu com uma terceira questão, abordando o formulário que a Câmara criou, em que os cidadãos podem reportar situações relacionadas com o arvoredo em meio urbano e que estejam a provocar danos graves na zona onde vivem ou em património dos mesmos. Por fim, e quarta questão, referiu que nas imediações do jardim de Infância /EB1 da Presa, Rua da Presa em Adaúfe, há excesso de velocidade, insuficiência de acessibilidades pedonais e sinalização desenquadrada de limitação de velocidade, informando que já expôs estas situações à divisão de mobilidade. Como resposta à **primeira questão o Vereador, da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, esclareceu que no dia 18 de agosto de 2021 foi publicado em Diário da República um decreto da constituição da lei do regulamento de gestão do arvoredo onde no artigo 6º diz que seria criado um Guia de boas práticas para a gestão do arvoredo urbano, que foi aprovado pelo governo no prazo de seis meses, mas esse guia de boas práticas nunca foi criado. Afirmou que, existe um regulamento próprio que foi suspenso pelo facto de acreditar que em breve se teria este regulamento, mas, o presidente do ICNF informou-o que não seria para breve uma vez que teria sido decidido ouvirem as CIMS. Perante tal facto afirmou que foi decidido trazer o próprio regulamento à próxima reunião de Câmara. Em resposta à segunda questão informou que já está pronto o caderno de encargos e que iriam abrir as propostas dos concorrentes para fazer o inventário do arvoredo como a lei indica. Por fim, e em resposta à terceira questão, lembrou que o formulário teria sido proposto em reunião de Assembleia Municipal pelo presidente da junta de Gualtar e que o mesmo já estaria disponibilizado no site da Câmara.

Em resposta à quarta questão tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que, os serviços já tinham recebido os referidos reportes e já estariam a ser feitas algumas correções, sendo que as questões mais estruturais estão a ser estudadas pelos serviços da mobilidade. -----

----- Por último interveio a **cidadã** que questionou a previsão para início das obras a realizar na sua habitação através da Bragahabit. Informou ainda, que teve uma reunião com o Administrador da empresa municipal Bragahabit, onde recebeu um documento relacionado com as obras. Acrescentou que foi obrigada a desligar a luz, devido à entrada de água na habitação através das tomadas de eletricidade. Finalizou a intervenção, lembrando de que é necessário existir mais limpeza nos túneis da cidade. Em resposta, o **Administrador da Bragahabit, Carlos Videira**, confirmou a concretização da reunião com a cidadã e lembrou que nessa reunião a informou que a obra tinha sido adjudicada durante o mês de julho e que o contrato foi assinado a 27 do mesmo mês. Acrescentou que os documentos mencionados pela cidadã são o auto de consignação com a empresa que ganhou o concurso público, e a data da consignação é de 25 de agosto. Admitiu que as obras deveriam já ter começado, mas não foi possível. Por fim, recordou que já foram visitar a casa da cidadã cuja será a primeira habitação a ser intervencionada e explicou que a obra terá início na parte exterior e posteriormente passarão para a parte interior. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 11h e 25m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, assistente técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----